



# SINOPSE DOU SEÇÃO 1



## Atos do Poder Legislativo

### Leis

**Nº 13.755, de 10 de dezembro de 2018**, que “Estabelece requisitos obrigatórios para a comercialização de veículos no Brasil; institui o Programa Rota 2030 - Mobilidade e Logística; dispõe sobre o regime tributário de autopeças não produzidas; e altera as Leis nºs 9.440, de 14 de março de 1997, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 10.865, de 30 de abril de 2004, 9.826, de 23 de agosto de 1999, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 8.383, de 30 de dezembro de 1991, e 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, e o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967”, que foi **repblicada em face da rejeição pelo CN do veto aposto ao PLV 27/2018 (vide Mensagem 259, de 19 de junho de 2019)**

Origem: PLV 27/2018 (MPV 843/2018) – Foco: Instituição do Programa Rota 2030 / Requisitos obrigatórios e sanções administrativas para a comercialização e a importação de veículos novos no país / Regime de autopeças não produzidas.

**Nº 13.800, de 4 de janeiro de 2019**, que “Autoriza a administração pública a firmar instrumentos de parceria e termos de execução de programas, projetos e demais finalidades de interesse público com organizações gestoras de fundos patrimoniais; altera as Leis nºs 9.249 e 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e 12.114 de 9 de dezembro de 2009; e dá outras providências”, que foi **repblicada em face da rejeição pelo CN do veto aposto ao PLV 31/2018 (vide Mensagem nº 260, de 19 de junho de 2019).**

Origem: PLV 31/2018 (MPV 851/2018) – Foco: Regulamentação de Fundos Patrimoniais/Programa de Fomento à Pesquisa, ao Desenvolvimento e à Inovação.

**Nº 13.847, de 19 de junho de 2019**, que “Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispensar de reavaliação pericial a pessoa com HIV/aids aposentada por invalidez”, que está sendo **publicada em face da rejeição pelo CN do veto total aposto ao PL 10159/2018 (vide Mensagem nº 261, de 18 de junho de 2019).**

Origem: PL 10159/2018 (PLS 188/2017) – Foco: Dispensa de avaliação das condições que possibilitaram a concessão ou a manutenção do auxílio-doença a portadores de HIV.

## Presidência da República

Conselho do Programa de Parcerias e Investimentos

### Resolução

**Nº 60, de 8 de maio de 2019**, que “Opina pela qualificação da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. (Trensurb) no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - PPI e do Programa Nacional de Desestatização - PND”.

## Ministério da Cidadania

Agência Nacional do Cinema

**Nº 148, de 19 de junho de 2019**, que “Altera dispositivos da Instrução Normativa nº 109 de 19 de dezembro de 2012 e da Instrução Normativa nº128, de 13 de setembro de 2016” (Citada IN 109 regulamenta o



---

Instrução Normativa - IN

processo administrativo para aplicação de penalidades por infrações cometidas nas atividades cinematográfica, videofonográfica e de comunicação audiovisual de acesso condicionado, bem como em outras a elas vinculadas; e a IN 128 regulamenta o provimento de recursos de acessibilidade visual e auditiva nos segmentos de distribuição e exibição cinematográfica. Ambas, em suas alterações dispõem sobre microempresa e empresas de pequeno porte).

---

**Ministério da Ciência,  
Tecnologia, Inovações e  
Comunicações**

Agência Nacional de  
Telecomunicações/ Conselho  
Diretor

Resolução **Nº 712, de 18 de junho de 2019**, que “Aprova o Regulamento para Coleta de Dados Setoriais pela Agência Nacional de Telecomunicações e dá outras providências”.

Superintendência de Outorga  
e Recursos à Prestação

Portaria **Nº 867, de 10 de maio de 2019**, que “Revoga a Portaria nº 639, de 25 de julho de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 8 de agosto de 2013, que estabeleceu os procedimentos necessários para o Procedimento Simplificado de Outorga - PSO, com a finalidade de outorga simultânea para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral e/ou o Serviço de Acesso Condicionado”.

---

**Ministério da Economia**

Secretaria Especial de  
Comércio Exterior e Assuntos  
Internacionais

Resoluções **Nº 1, de 29 de maio de 2019**, aprovando o Regimento Interno da Comissão de Financiamentos Externos – COFIEEX, na forma do Anexo à presente Resolução (Citada Comissão tem por finalidade examinar e autorizar a preparação de projetos e programas do setor público com o apoio de natureza financeira de fontes externas).

**Nº 3, de 29 de maio de 2019**, que “Dispõe sobre os critérios considerados pela Comissão de Financiamentos Externos COFIEEX, com relação aos pleitos de operação de crédito externo de interesse de Estados, Distrito Federal e Municípios, com garantia da União”.

**Nº 4, de 29 de maio de 2019**, instituindo os procedimentos para: a) encaminhamento e apresentação de pleitos de operações de crédito externo de interesse do setor público; e b) análise e avaliação dos programas/projetos vinculados aos pleitos de operações de crédito externo de interesse do setor público (junto a COFIEEX)

**Nº 5, de 29 de maio de 2019**, dispondo sob prazo de validade das Recomendações ou Resoluções para a preparação de projetos ou programas multifásicos junto a COFIEEX.

---



Secretaria Especial de  
Produtividade, Emprego e  
Competitividade

Portaria Interministerial **Nº 1, de 19 de junho de 2019**, que “Dispõe sobre a revogação de atos normativos que menciona” (Portarias Interministeriais MDIC/MCTI que versam, dentre outros, sobre Processo Produtivo Básico – PPB, de placas de circuito impresso montadas; para os Aparelhos de Áudio e de Vídeo, industrializados na Zona Franca de Manaus; para os produtos equipamentos de comutação de voz e dados incorporados na estação rádio-base; para o produto “Cabos Ópticos”, industrializados no País; para o produto Unidade de Processamento Digital de Pequena Capacidade, para o produto Máquina Automática para Processamento de Dados Digital, Portátil; para o produto Terminal Portátil de Telefonia Celular, industrializado no País).

Secretaria Especial da  
Receita Federal do Brasil/  
Coordenação de  
Administração Aduaneira

Portaria **Nº 26, de 21 de maio de 2019**, que “Altera a Portaria Coana nº 6, de 25 de janeiro de 2019, que dispõe sobre os procedimentos de vinculação de informações para fins de registro das operações de importação por conta e ordem de terceiro e por encomenda”.

**Ministério da Infraestrutura** **Nº 2.695, de 14 de junho de 2019**, que “Dispõe sobre a criação de Comissão Técnica para avaliação do cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos na **Portaria nº 574, de 26 de dezembro de 2018**, para fins de delegação de competências relacionadas à exploração indireta das instalações portuárias dos portos organizados para as respectivas administrações portuárias, delegadas ou não”.

Secretaria Executiva

Portaria

**Ministério de Minas e  
Energia**

Agência Nacional do  
Petróleo, Gás Natural e  
Biocombustíveis

**Nº 792, de 19 de junho de 2019**, que “Estabelece os preços de referência do gás natural produzido no mês de maio de 2019”.

**Nº 793, de 19 de junho de 2019**, que “Estabelece os preços de referência dos petróleos produzidos no mês de maio de 2019”.

Resoluções

**Ministério das Relações  
Exteriores**

Secretaria-Geral das  
Relações Exteriores

**S/Nº**, sobre “Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala para a implementação do projeto ‘Fortalecimento de diálogos para formação de um Sistema Nacional para Inclusão de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho e para o Desenvolvimento de Políticas Públicas de Saúde e Segurança no Trabalho, com ênfase em Pessoas com Deficiência”.